

“Falamos as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948)

“The people elected speak”: Councilors and Communists, the political performance of PCB women (1946-1948)

Larissa Correa*
Nina Teruz Visco**

Resumo: Em 1947, nas eleições municipais, três mulheres comunistas foram eleitas vereadoras do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Eram elas Arcelina Mochel, Odila Schmidt e Lia Corrêa Dutra. O objetivo deste artigo é analisar o perfil e a atuação política delas durante o curto período em que o Partido Comunista do Brasil (PCB) esteve na legalidade (1946-1948). A partir das perspectivas da história das mulheres, das relações de gênero e da história social, a proposta é compreender como essas militantes construíram por dentro da luta política partidária uma pauta de reivindicações específicas para as mulheres, evidenciando a importância da discussão sobre a maternidade, o trabalho doméstico, os cuidados com a família, a equidade de salários, as leis trabalhistas, entre outros temas. Ao analisar o cotidiano da vida política das vereadoras na Câmara Municipal, o artigo mostra como elas criaram estratégias para tratar dessas questões dentro e fora do partido e do Parlamento, impulsionando a organização das mulheres nas regiões periféricas da antiga capital federal. Com base na análise do periódico *Momento Feminino* e na documentação da polícia política do Rio de Janeiro, argumentamos que o ambiente relativamente democrático viabilizado pela queda da ditadura do Estado Novo (1937-1945), pelo fim da Segunda Guerra

* Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da graduação e da pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: larissarosacorrea@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1676-1977>.

** Graduada em História, Literatura e Cultura pela Universidade de Brighton e graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É bolsista do programa de Iniciação Científica (IC) Faperj. E-mail: ninateruz@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3705-4972>.

e a Constituinte de 1946 abriu caminhos para a participação das mulheres na política, sobretudo, das lideranças femininas do PCB.

Palavras-chave: PCB; mulheres; vereadoras; direitos do trabalho das mulheres.

Abstract: In 1947, in municipal elections, three communist women were elected councillors of the Federal District, Rio de Janeiro. They were Arcelina Mochel, Lia Corrêa Dutra and Odila Schmidt. The purpose of this article is to analyze their profile and political performance during the short period of time in which the Brazilian Communist Party (PCB) was legal (1946-1948). From the perspectives of women's history, gender relations and social history, the aim is to understand how these activists built an agenda of specific demands for women within the political party struggle. Thus highlighting the importance of the discussion about motherhood, domestic work, family care, equal pay, labor laws, among other topics. By analyzing the daily political life of the councillors in the Town Council, the article shows how they created strategies to address these issues inside and outside the Party and parliament, boosting the organization of women in the peripheral regions of the former federal capital. Based on the analysis of the *Momento Feminino* periodical and the documentation of the political police of Rio de Janeiro, we argue that the relatively democratic environment made possible by the fall of the Estado Novo dictatorship (1937-1945), the end of the Second World War and the 1946 Constituent Assembly, opened paths for the participation of women in politics, especially the female leaders of the PCB. In addition, we show how the communists, although influenced by Stalinist social policy, formulated women's demands in line with the ongoing labor policy in the 1940s.

Keywords: Communist Party of Brazil; women; councilwomen; women's labor rights.

Justiça por Zélia (e por tantas outras mulheres)

“**D**E FLORES FRESCAS viemos cobrir-te teu corpo no chão. Quem foi que a bala assassina na noite de ontem levou?” Esses são os primeiros versos de um poema escrito em homenagem a Zélia Magalhães, militante comunista assassinada aos 36 anos durante um comício em 1949 na cidade do Rio de Janeiro.¹ A morte de Zélia provocou forte impacto no PCB, levando o partido a realizar uma série de homenagens públicas e uma campanha por justiça pelo seu assassinato. Transformada em heroína pelos seus companheiros, Zélia era costureira, filha de operário e mãe trabalhadora, casada com o operário Aristeu Magalhães. A morte de Zélia não é somente um episódio da história da repressão estatal-policial aos comunistas, é também mais um caso de violência às mulheres que ousaram militar na política brasileira, como Marielle Franco assassinada pela milícia no Rio de Janeiro em 2018. Zélia se tornou um símbolo de luta e ao mesmo tempo um exemplo de mulher comunista.²

1 Folheto Zélia, sem referência. Fundo polícias políticas, APERJ.

2 TORRES, Juliana Dela. Mulheres heroínas na arte visual da imprensa comunista (1945-1957). In: *Anais [...]* II

Quando, por ventura, durante uma imersão nos arquivos policiais, nos deparamos com histórias como a de Zélia, fica evidente o quanto a trajetória de militância dessas mulheres ainda se encontra invisibilizada, ficando praticamente restrita à história e memória do PCB. Pouco a pouco a historiografia brasileira vai abrindo espaço para as análises sobre a participação das mulheres nas lutas sociais no Brasil ao longo do século XX.³ No entanto, ainda observamos a escassez de pesquisas sobre as mulheres comunistas no pré-1964.

Segundo Maria Elena Bernardes, a primeira mulher a ingressar no Partido Comunista do Brasil, em 1922, ano de sua fundação, foi Rosa Bittencourt, operária numa fábrica de linhas na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Trabalhadora fabril desde os sete anos, ela se tornou líder sindical e militante no Bloco Operário e Camponês (BOC). Em 1930, Rosa foi delegada no Congresso Mundial da Mulher, ocasião em que viajou para a União Soviética para representar a mulher trabalhadora brasileira.⁴ Bernardes, ao desvelar a trajetória de vida de Laura Brandão, iluminou também as atividades políticas de várias outras mulheres que militaram no PCB.

Conhecidas como a primeira geração de mulheres comunistas, Olga Benário e Patrícia Galvão, a Pagu, são símbolos mais conhecidos dessa história. Ao lado delas, Laura Brandão, Isaura Casemiro Nepomuceno, Rosa Bittencourt, já citada, Erecina Borges de Lacerda, Sylvia Carini, Margarina Pereira e Maria Lopes. Longe de serem passivas ou de estarem restritas ao trabalho de secretariado do partido, sabemos que essas mulheres atuaram ativamente nas mobilizações operárias, sendo que algumas delas se destacaram como oradoras nos movimentos paredistas e inclusive nas ações armadas. Boa parte das atividades dessas mulheres analisadas estão circunscritas à militância no Bloco Operário e Camponês (BOC), no Comitê das Mulheres Trabalhadoras, no Comitê de Mulheres em várias cidades do país e, posteriormente, nos levantes revolucionários de 1935. Muitas delas eram esposas de comunistas. É fato que essas mulheres não ocuparam os postos mais altos no PCB, tendo ficado longe também das diretorias sindicais. Conforme Bernardes observou, as companheiras desses militantes não desempenhavam nenhuma função central, afirmando que “efetivamente, a militância feminina não cabia na vida orgânica do Partido”.⁵ Será que a condição das mulheres no PCB se alteraria a partir de 1945?

Com a repressão que se instaurou após 1935, com o aparato proporcionado pela Lei de Segurança Nacional, as mulheres comunistas se tornaram alvo da perseguição política.

ENCONTRO DE ESTUDOS DA IMAGEM, 12 e 14 de maio de 2009, Londrina, PR. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Torres_Juliana%20Dela.pdf.

3 Sobre o papel das mulheres que militaram na oposição à ditadura militar e sobre as relações de gênero e a política moral do regime, por exemplo, ver: QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017; COWAN, Benjamin. **Securing Sex: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016; SILVA, RIBEIRO, Maria Claudia Badan. **Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN**. São Paulo: Alameda, 2018.

4 BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**. A invisibilidade feminina na política. Campinas: CMU, 2007, p. 112.

5 BERNARDES, op. cit., p. 24.

Muitas foram encarceradas, inaugurando as celas das primeiras alas femininas dos presídios que surgiam naquele período.⁶

Mas a atuação das mulheres não se dava apenas na militância da esquerda, outras cruzaram a linha e serviram aos órgãos repressivos, atuando como espãs. Foi o caso de Jean Sarkis. Ela teria sido infiltrada no PCB em 1945, condição em que permaneceu por dez anos. Durante a campanha comunista contra a Guerra da Coreia, ela foi encarcerada junto com a militante Maria Afonso Lins, tendo permanecido presa por dois anos e enfrentado as difíceis condições carcerárias.⁷ O tempo na prisão rendeu a ela grande prestígio no partido, alavancando assim a sua carreira na polícia política.⁸ Não foi difícil para Sarkis e a polícia manter a sua história silenciada por tanto tempo. Muitos nem sequer poderiam imaginar que uma mulher seria capaz de exercer um papel de tamanha dubiedade, embaralhando os estereótipos ao mostrar coragem, sagacidade, determinação, traição e resistência física. Michelle Perrot, ao abordar a questão das representações do poder das mulheres (embora imbuída de uma noção de mulher universal) aponta para a imagem das mulheres supostamente possuidoras de um poder oculto, detentoras de um dom que supostamente permite a elas atuarem sorrateiramente nos bastidores de modo a manipular secretamente os homens. Segundo a autora, a representação das mulheres no século XIX se configurava em dois polos: “um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como o sangue, maléfico”. Essa mulher ambígua atuaria então nas brechas desses dois polos.⁹

A história de militância da chamada primeira geração de mulheres comunistas nas décadas de 1920 e 1930 se conecta com as experiências políticas das mulheres do PCB a partir de 1945. No entanto, nos interessa observar também as transformações no tocante às estratégias políticas, os repertórios de ação, as novas formas de militância durante o período da curta experiência do PCB na legalidade.¹⁰ É nesse ambiente de relativa democracia que se forjam as experiências das mulheres comunistas por meio dos comitês democráticos populares, da organização das mulheres trabalhadoras nas comunidades

6 Entre elas, Genny Gleiser, presa aos 17 anos, judia de origem romena, acusada de compor a organização do I Congresso da Juventude Proletária e Estudantil de São Paulo. Assim como Olga Benário e Elise Berger, Genny também foi deportada, mas seu destino não foi tão trágico quanto o das outras duas. Outras comunistas também foram encarceradas nos porões do navio *Dom Pedro I*, entre elas, as dirigentes da União Feminina do Brasil, Maria Werneck de Castro, Catharina Landeberg, Amanda de Alberto Abreu. Muitas sofreram sevícias e torturas, como se sabe sobre os casos de Pagu e Elise Berger. BUONICORE, Augusto; GARCIA, Fernando. As mulheres e os noventa anos do comunismo no Brasil. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/as-mulheres-e-os-noventa-anos-do-comunismo-no-brasil/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

7 Sobre o processo criminal em que Jean Sarkis e Maria Afonso Lins figuraram como réus, ver: **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, n. 1063, primeira página, 27 maio 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1952_01063.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

8 PACHECO, Thiago da Silva. **Da ditadura à democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946**. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. p. 115.

9 PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 168-173.

10 Desde a sua fundação em 1922 até 1945, o PCB havia experimentado apenas quatro meses de legalidade partidária. Em 27 de outubro de 1945, o partido voltou à legalidade através da Resolução-TSE nº 285, que lhe concedeu registro provisório. No mês seguinte, obteve seu registro definitivo pela Resolução-TSE nº 324. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_registro_partidario/registro_registro.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

de bairro, nas instituições públicas e, no caso do Rio de Janeiro, também na Câmara Municipal do Distrito Federal.

Neste artigo focaremos na atuação de Arcelina Mochel, Odila Schmidt e Lia Correa Dutra. Elas tinham no mínimo três coisas em comum: eram militantes do PCB, foram eleitas vereadoras da Câmara Municipal do Rio de Janeiro nas eleições de 1947 e eram lideranças no movimento de mulheres contra a carestia, com dezenas de unidades estabelecidas nos subúrbios cariocas.

A experiência política das mulheres na Constituinte de 1946

Em 1945, em meio aos momentos de crise e da derrubada da ditadura varguista, o PCB encampou a luta pela realização de uma assembleia constituinte. Segundo Evaristo Giovanetti Neto, a Constituinte de 1946 “não [poderia ser interpretada] como um veículo de transformação da sociedade (...) mas como um mecanismo de reordenamento da vida institucional brasileira dentro de estreitíssimos limites”. Segundo o autor, a Constituinte obstruiu mudanças e possibilitou linhas de continuidade com o período autoritário anterior. O autor analisou os discursos e ações da bancada comunista na Constituinte, com base nos registros de militantes e nos trabalhos acadêmicos sobre a história do PCB. Vale salientar o fato de que esses testemunhos foram produzidos pelos militantes homens, tais como Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, Paulo Cavalcanti, Moisés Vinhas e Gregório Bezerra, além de depoimentos e entrevistas de Luís Carlos Prestes.¹¹ Ou seja, a ausência de registros das mulheres militantes causa no mínimo um estranhamento entre as historiadoras atuais.

É nesse contexto de redemocratização que o PCB galvanizou maior participação popular, tendo lançado candidato próprio na eleição presidencial de 1945. Além disso, o PCB elegeu uma bancada bastante representativa, com Luís Carlos Prestes no Senado e mais 14 deputados federais.¹² Em algumas capitais estaduais e em diversas cidades industriais, o PCB emergiu da guerra como a agremiação partidária mais forte, o que surpreendeu a muitos. Nas eleições municipais carioca em 1947, por exemplo, o partido conquistou 2/3 da bancada do Rio de Janeiro. Sem dúvida, um enorme feito, que nunca mais seria repetido por partido algum na cidade.

Além de 1935 e 1945, outras periodizações marcaram a história do PCB, como a II Conferência Nacional do Partido, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada clandestinamente em 1943, ocasião em que se formou um novo grupo dirigente na esteira da política interna do partido de “união nacional em torno do governo Vargas” e “de apoio irrestrito

11 GIOVANETTI NETTO, Evaristo. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986. p. 2. Ver também: RUY, José Carlos. **Os comunistas na Constituinte de 1946**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

12 Eram eles: Jorge Amado (SP); Carlos Marighella (BA); Maurício Grabois (DF); João Amazonas (DF); Agostinho Dias de Oliveira (PE); Gregório Lourenço Bezerra (PE); Claudino José da Silva (RJ); José Maria Crispim (SP); Oswaldo Pacheco da Silva (SP); Francisco Gomes (DF); Alcêdo de Moraes Coutinho (PE); Abílio Fernandes (RS); Henrique Cordeiro Oest (RJ); Gervásio Gomes de Azevedo (SP). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 26 abr. 2022.

à política de guerra e ao governo que a realiza”.¹³ O fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do “Estado Novo”, seguida do fim das leis de censura e da anistia aos presos políticos trouxeram novos ventos para o PCB, passando a ser influenciado pela ideologia nacional-libertadora. A saída de Prestes da prisão, agora como secretário-geral do PCB, proporcionou fôlego renovado ao partido, com a sua principal e mais influente liderança de volta ao jogo político partidário. Para o PCB, a instauração de uma Assembleia Constituinte seria o único meio de viabilizar o sistema democrático de modo efetivo.¹⁴

Ao completar um ano de legalidade, o PCB organizou uma pequena publicação comemorativa das atividades do partido. A edição especial consistia na publicação de fotografias em preto e branco pertencentes ao *Tribuna Popular*, com legendas escritas por Astrogildo Pereira e Armenio Guedes, e prefácio de Pedro Pomar. Em uma das páginas, uma foto em especial nos chama a atenção. Trata-se de um *close* de uma mulher militante do PCB discursando ao lado de



Fonte: Fundo de Políticas Políticas/ APERJ

13 PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**. Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

14 Segundo Anita Prestes, a estratégia do PCB de apoiar Vargas, exigindo a convocação da Assembleia Constituinte, tinha como objetivo evitar o golpe dos setores civis e militares conservadores, uma vez que Vargas estava comprometido com o processo de abertura política. Idem, p. 70.

Prestes, vendo-se atrás dela um homem não identificado. Ela parecia falar com determinação. Porém, nada sabemos sobre ela, pois nem o seu nome aparece na legenda. Abaixo da foto, vê-se um texto relativamente longo desconectado do registro fotográfico:

Depois de eleito senador, Prestes, do mesmo modo que os demais representantes do Partido Comunista, mantém-se em contato permanente com o seu povo, prestando contas do mandato que lhe foi conferido e ao mesmo tempo mobilizando o povo com a sua palavra, para enfrentar as novas tarefas exigidas pela luta para assegurar as liberdades democráticas e liquidar os remanescentes do fascismo em nossa terra.¹⁵

É dessa forma que a participação das mulheres no PCB se encontra presente e ausente ao mesmo tempo. Elas estavam lá, mas as suas ações se tornaram invisibilizadas, mesmo quando ocupavam um palanque e discursavam para milhares de pessoas. Bernardes, ao analisar a relação entre Laura Brandão e os membros de cúpula do PCB observou como esses últimos ignoravam a atuação dela, que além de esposa de Octávio Brandão, era militante engajada e poetisa. A autora argumentou que a invisibilidade de Laura não era exclusividade dela, mas sim a expressão de um modo de pensar as relações de gênero conduzidas pelos homens, ocultando-as e relegando-as as tarefas partidárias mais comezinhas. Segundo a autora, “o espaço político e a cidadania acabam sendo exclusivamente identificados com o mundo masculino. Dessa maneira, a mulher ficou invisível e reduzida ao silêncio, mesmo quando transgredia as normas e tinha uma atuação destacada na esfera pública”.¹⁶

Todavia, pontuamos três questões para reflexão: 1 - como definir ou hierarquizar o peso das tarefas partidárias? Montar um comitê de mulheres na clandestinidade, por exemplo, ou viabilizar o transporte de munições, como contou ter feito Beatriz Riff, eram tarefas consideradas menores?;¹⁷ 2 - a partir de 1945, o PCB passou a receber um número expressivo de filiação de mulheres, sem necessariamente serem ligadas aos seus companheiros de matrimônio, tal fato possivelmente permitia a elas uma militância mais independente e menos conectada ao comitê central; 3 - a conjuntura política que influenciou a atuação das mulheres comunistas nas décadas de 1920 e 1930 era bem diferente da que se iniciava no pós-1945.

A partir de 1945, apesar do ambiente hostil ao protagonismo feminino e do espaço masculinizado do mundo da política, diversas mulheres conseguiram adentrar no campo das disputas eleitorais em várias localidades. É fato que o PCB contribuiu diretamente para a participação ativa das mulheres na política.¹⁸ A presença feminina no PCB era expressiva não

15 Folheto 477, D.187, caixa 667, fundo polícias políticas/APERJ.

16 BERNARDES, op. cit., p. 23.

17 Ver exemplo no depoimento de Beatriz Riff sobre a sua militância na revolução comunista de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/beatriz-riff/texto>. Acesso em: 14 abr. 2021.

18 Ver exemplos em: NUNES, Guilherme Machado. **Mulheres comunistas no Brasil**: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistoli e Júlia Santiado da Conceição (1935-1965). 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2021; FERREIRA, Alana Sousa; LINS, Marcelo da Silva. As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil – PCB (1928-1947). **Temporalidades**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2015.

somente no número crescente de afiliados, como se pode averiguar nas listas produzidas pelo PCB de novos membros cadastrados,¹⁹ mas também nas candidaturas eleitorais para vereadoras e deputadas estaduais e federais.²⁰

A vontade de participação política das mulheres via o PCB é visível na carta endereçada ao partido escrita por Alda Barreto de Borba, moradora da cidade de Lorena, interior de São Paulo, de 7 de julho de 1945. Na missiva, ela queria saber se o PCB aceitava mulheres e, em caso positivo, como ela deveria proceder para ver o nome dela incluído na lista de membros do partido. Assim ela explicou: “sou grande admiradora dessas ideias puramente cristãs e o meu maior desejo é que desta vez nada possa atrapalhar a sua completa vitória”. Em resposta, o PCB orientou Alda a escrever uma carta para o Comitê Estadual do PCB em São Paulo para que fosse providenciado o ingresso dela no partido.²¹

Já nas eleições, várias mulheres se destacaram, como Aldalgisa Cavalcante, eleita deputada estadual de Pernambuco em 1947 e cassada um ano depois, presa diversas vezes. Zuleika Alambert, suplente na chapa comunista, aos 24 anos, posteriormente, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo.²² Há ainda outros casos, como Arcelina Mochel, Odila Schmidt e Lia Corrêa Dutra, eleitas vereadoras pelo Distrito Federal. Esta última entrou como suplente e foi posteriormente empossada. Além delas, Elisa Kaufman, eleita na cidade de São Paulo; Maria Olímpia Carneiro em Curitiba (PR); Julia Santiago, Recife (PE); Julietta Battistolli, Porto Alegre (RS) e Salvadora Lopes Peres, Sorocaba (SP), impedida de tomar posse.²³ Muitas delas como Salvadora, Julia e Odila eram operárias e foram eleitas com o apoio da classe trabalhadora.

Sobre a participação das mulheres no PCB, Jorge Ferreira considera que o partido estimulava a entrada da militância feminina na luta política como via para a libertação da opressão das mulheres e para que elas pudessem se tornar cidadãs. Segundo o autor, “Não é difícil imaginar o grau de discriminação social sofrido pelas militantes naquela época. Lembremos que o discurso anticomunista ressaltava particularmente a falta de valores morais dos revolucionários, sugerindo a promiscuidade e a licenciosidade sexual no interior do Partido”. Ferreira destaca a importância dos valores morais e intelectuais como virtudes que

19 Nas listagens de novos membros, entre os anos de 1945 e 1946, é possível acessar os seguintes dados dos novos filiados cadastrados: nome, endereço residencial, célula, profissão e data da inscrição. Embora ainda não tenhamos realizado a análise quantitativa, percebe-se o expressivo número de registro de mulheres das mais variadas profissões: tecelãs, domésticas (não sabemos dizer se esta é uma definição utilizada para o serviço doméstico assalariado ou se seria para donas de casa), médicas, professoras, funcionárias públicas, comerciárias, modistas, costureiras, entre outras. Série: Comunismo 2-D, maços 03 e 04, folhas 101 a 150/151 a 202, caixa 760, Fundo polícias políticas/APERJ.

20 SOARES, Paula Elisa Ferreira. **A questão feminina no PCB: as mulheres na cultura política comunista**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

21 Correspondência trocada entre o secretariado nacional e o comitê estadual. Série: Comunismo 2-B, maço 01, folhas 403 a 500, caixa 759, Fundo polícias políticas/APERJ.

22 BUONICORE, Augusto & GARCIA, Fernando, op. cit.

23 Sobre a trajetória de Salvadora Lopes Peres, ver: CAVALHEIRO, Carlos Carvalho. **Salvadora!** Sorocaba: Linc, 2001.

deveriam definir um bom comunista em contraposição a uma vida burguesa, “cuja moralidade era definida como decadente, degenerada e hipócrita”.²⁴

Do trabalho de base nos subúrbios cariocas à Câmara Municipal

EMBORA NÃO TENHAMOS documentos disponíveis para analisar o perfil do eleitorado das candidatas eleitas, os indícios da pesquisa nos levam a pensar que a vitória eleitoral se deu devido à campanha das militantes comunistas voltada para as mulheres operárias, mães e donas de casa, moradoras dos subúrbios e favelas do Distrito Federal. É o que mostra uma série de documentos apreendidos pela polícia política, como este sobre a União Feminina do Magarça, localizada em Campo Grande, zona oeste: “Senhoras donas de casa! Você certamente é dona de casa. Dê o seu apoio a União Feminina do Magarça assistindo a sua primeira reunião, domingo próximo (...)”.²⁵

A valorização do trabalho doméstico, da maternidade e dos cuidados com a família eram peças chave da comunicação entre as mulheres e na formulação das demandas por direitos específicos, sendo também a base da rede de solidariedade e o elo que se formava entre elas. O panfleto da campanha eleitoral de Eloísa Prestes, irmã de Luís Carlos Prestes, candidata da chapa popular ao Conselho Municipal nas eleições de janeiro de 1947, é representativo nesse sentido. Voltado às donas de casa, o documento afirmava que elas eram as que mais sofriam com a crise econômica, pois a falta de alimentos e produtos faziam com que elas passassem horas nas filas, sendo o trabalho doméstico considerado o serviço mais ingrato e, no entanto, o mais necessário. A dona de casa, assim escreveram, “é a primeira a se levantar e a última a se deitar (...) e no fim do dia, parece que nada fez, porém está cansadíssima”.²⁶ Eloísa Prestes se comprometia a representar as domésticas, afirmando categoricamente que elas eram as mulheres mais exploradas e que, portanto, deveriam lutar por: maior distribuição de produtos e pelo fim das filas; pela construção de mais parques infantis; criação de lavanderias a preços módicos; e pelo aumento de restaurantes populares (SAPS), esse último tão propagandeado pela ditadura varguista.²⁷

Em outro folheto comunista dedicado às donas de casa e às mulheres da Tijuca, impresso pela União Feminina do bairro, foi abordado o tema das dificuldades de conseguir alimentos e as longas filas de espera geradas pelo racionamento durante a guerra. Havia o medo de que um novo conflito mundial eclodisse novamente.²⁸ Já a Associação Feminina de Higienópolis e Maria da Graça, na zona norte, abarcando os bairros de Bonsucesso,

24 FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad/EdUFF, 2002. p. 125.

25 Documento G 497, D 417, fundo de polícias políticas/APERJ.

26 Documento P2427/D1333, fundo das polícias políticas/APERJ.

27 O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) foi criado em 1940 por Getúlio Vargas com o objetivo de oferecer refeições por um preço acessível aos trabalhadores.

28 Documento P2125/D27, caixa 602, fundo das polícias políticas/APERJ.

Manguinhos e Praia Pequena, dirigiram-se às donas de casa, por meio de um folheto de fevereiro de 1948, convocando-as para participarem da “grande campanha contra a carestia”. O movimento havia sido iniciado pelas uniões femininas do Flamengo, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo. Era preciso, conforme manifestado, “não cruzar os braços quando a fome invade os nossos lares. É preciso lutar, unidas, contra a carestia e o câmbio negro, contra a ameaça do aumento de alugueis, pelo barateamento do ensino, contra a falta do pão, do arroz, do feijão, da farinha e dos preços exorbitantes”. Com esses argumentos, a associação das mulheres convocava as donas de casa a comparecerem na Câmara Municipal para entregar ao prefeito um memorial, contendo um “relatório das necessidades mais sentidas pelas mulheres cariocas e um inquérito sobre a vida do povo”.²⁹

As agruras e reivindicações das operárias, donas de casa e mães também eram representadas nas páginas do jornal *Momento Feminino*. Produzido entre os anos 1947 a 1956, tratava-se de um periódico comunista dirigido às mulheres.³⁰ O veículo de comunicação que se colocava “a serviço do seu lar” envolvia em sua produção várias mulheres do PCB, entre elas, Arcelina Mochel, na direção; Lia Corrêa Dutra – redatora-chefe; Silvia Leon Chalreo – secretária; Eneida Costa de Moraes e Maura de Sena Pereira – redadoras. O jornal funcionava na rua do Lavradio, 55, 1º andar, no coração da cidade.

Logo na primeira leitura das páginas do *Momento Feminino*, percebe-se a utilização de uma linguagem que buscava uma conexão com as mulheres do mundo popular, embora muitas vezes esses discursos tentassem abranger o estereótipo da mulher burguesa. A esse respeito, deve-se deixar claro que esta pesquisa não procura exaltar um tipo de feminismo que reverenciava a maternidade nem tampouco sacralizar a mulher feminista que procurava atuar dentro dos parâmetros da moral e dos bons costumes vigentes na época. Ao mesmo tempo em que também rejeita a ideia de um “feminismo bem comportado”.³¹ Sem querer desconsiderar outras correntes do feminismo daquele período, procuramos compreender o tipo de militância que essas mulheres exerceram dentro de um contexto específico, suas ideias, as reivindicações, visando compreender os motivos que as levaram a criar estratégias de luta centradas na maternidade, no papel de esposa e cuidadora da família e das tarefas domésticas.

Nesse sentido, com base no conjunto documental pesquisado, observa-se que os papéis atribuídos às mulheres não eram questionados ou sequer problematizados pela ala feminina do PCB. Ao contrário, eram compreendidos como funções naturalizadas, mas debatidos no sentido de tirar o trabalho das mulheres da invisibilidade, de modo a reconhecê-lo e torná-lo digno de direitos. Nota-se que a maternidade era peça chave não só no discurso de organização

29 Documento Pan 335/DPS, APERJ.

30 O periódico já foi alvo de alguns estudos, ver: ALVES, I. da C. Nice Figueiredo, *Momento Feminino e o debate feminista no Brasil*. *Sæculum – Revista de História*, v. 40, n. 40, p. 265-288, 2019.

31 RAMOS, Alessandra da Silva. Por um feminismo bem comportado: educação, maternidade e trabalho nas páginas da revista *Brasil feminino* (1932-1934). In: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC. *História e Movimentos Sociais*. Chapecó/SC. *Anais [...]*. Junho de 2016.

e identificação entre as mulheres de diferentes classes sociais, mas também uma questão central na composição das demandas pelos direitos das mulheres. Esse discurso, elaborado por dentro das ideias patriarcais da época, era atrelado ao projeto de industrialização, de modernização do país, via a incorporação definitiva das mulheres no mercado de trabalho, ideias, aliás, afinadas com a política social soviética.³²

Segundo Elena Sahnó, a política para as mulheres soviéticas era de inclusão obrigatória ao mercado de trabalho, medida vista como a representação da libertação das mulheres do poder patriarcal da família. A transferência da família patriarcal para a família nuclear ocorrida nas duas primeiras décadas após a Revolução de 1917, afirmou a autora, “interligada ao acesso livre para a educação, política e esporte e baseada na igualdade jurídica de homens e mulheres, não alcançou a igualdade verdadeira de gêneros”. Sob o stalinismo, as mulheres soviéticas continuaram a desempenhar as funções tidas como femininas, acumulando as jornadas no âmbito do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, como trabalhadoras e mães.³³ Nesse sentido, percebe-se que a presença das mulheres no mercado de trabalho não significava o fim da execução dos afazeres domésticos e dos cuidados com a família. Conforme asseverou Nalu Faria, “a exploração capitalista não destrói a estrutura familiar, como inicialmente imaginaram os marxistas”, lembrando a autora que o movimento sindical, predominantemente masculino, “apoiou e reforçou o papel da família operária e o lugar ideal das mulheres como donas de casa e mães de família”.³⁴

Arcelina Mochel

FILHA DE Ercília Rodrigues e José Augusto da Silva Mochel, oficial da Polícia Militar do Maranhão e descendente de alemães, nasceu em São Luís (MA) em 27 de outubro de 1918. Arcelina iniciou sua militância política na Juventude Comunista em 1933, na época em que era estudante de Direito. Durante a guerra, na cidade sertaneja de Coroatá, localizada no interior do Maranhão, ela fundou uma seção da Cruz Vermelha brasileira, prestando ajuda aos retirantes da seca que chegavam naquela cidade. Em 1937, antes mesmo de se graduar, Arcelina fora nomeada interinamente como promotora da comarca de Coroatá, sendo a primeira mulher a exercer o cargo no local.

Formada em Direito em 1938, Arcelina passou em primeiro lugar em concurso público para promotor, mas seu nome foi preterido em favor do segundo colocado. Segundo seu irmão,

32 Sobre a política social e econômica para as mulheres na União Soviética, ver: GOLDMAN, Wendy. **Women at the Gates Gender and Industry in Stalin's Russia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002; ATTWOOD, Lynne. **Creating the New Soviet Woman: Women's Magazines as Engineers of Female Identity, 1922-1953**. New York: St. Martin's Press 1999; CHATTERJEE, Choi. **Celebrating Women: Gender, Festival Culture, and Bolshevik Ideology, 1910-1939**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.

33 SAHNO, Elena. **A tentativa de construir a igualdade de gêneros na Rússia Soviética, 1917-1937**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

34 Préfácio de Nalu Faria no livro de GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 12.

Joaquim Mochel, Arcelina não assumira o cargo de promotora na comarca de Pinheiro pois havia se desentendido com o então procurador-geral do Estado, que havia injustamente mandado descontar de seu ordenado “despesas que fizera, em nome do Estado, para socorrer jovens vítimas de estupro”.³⁵ Segundo Joaquim, a decepção com esta ocorrência fizera com que sua irmã se deslocasse para a capital em fins de 1943, onde logo se filiou ao PCB. No documento, consta que ela esteve à frente na campanha de ajuda à Força Expedicionária Brasileira. Foi eleita vereadora na Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1947, com expressiva votação, graças ao apoio das mulheres organizadas nas diversas uniões femininas espalhadas por todas as regiões suburbanas do Distrito Federal. Ela foi uma das líderes do movimento de mulheres contra a carestia no pós-1945.



Fundo de Polícias Políticas/ APERJ.

Além de ter atuado como diretora do *Momento Feminino*, Arcelina Mochel também foi redatora em grande parte de suas edições. Era responsável pela coluna “*Nossos Problemas*”, onde abordava assuntos cotidianos que impactavam diretamente a vida das mulheres brasileiras, como a carestia, a fome, a precariedade dos transportes e moradias, a falta de saneamento básico, os despejos, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a exploração da classe trabalhadora, a violência policial, a mortalidade infantil, a falta de creches, as crises hídricas, entre outros. Ao mesmo tempo em que fazia tais denúncias, seus textos apontavam para a necessidade das mulheres se organizarem politicamente a fim de lutarem em busca da melhoria dessas condições.

Com a cassação dos mandatos do PCB pelo governo Dutra, Arcelina passou a atuar em defesa dos direitos das mulheres. Em 1949, participou da fundação de uma das mais importantes

35 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Edição comemorativa do lançamento do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão. São Luís, Maranhão, dezembro de 2004. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/11/Caderno-MP-Memória_Edição-Comemorativa_Dez.2004.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021. p. 24.

organizações femininas do país, a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), onde atuava como secretária-geral. Oito anos depois a organização seria arbitrariamente fechada por um decreto do governo Juscelino Kubitschek. Em 1954, foi eleita como parte do Comitê Central do PCB durante o IV Congresso do partido. Foi casada e teve seis filhos com Masao Goto, cientista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cassado pela ditadura militar no episódio conhecido como o Massacre de Manguinhos. Após uma vida dedicada à luta das mulheres, Arcelina faleceu em 1974, em plena vigência do regime militar, vítima de um aneurisma cerebral.

Odila Schmidt

FILHA DE João Afonso Schmidt e de Odila Brunckenn Schmidt, Odila Schmidt nasceu em Cubatão, estado de São Paulo, em 2 de dezembro de 1909. Seu irmão, Afonso Schmidt foi poeta, escritor e jornalista profissionalmente reconhecido.³⁶ Em 1931, Odila se tornou noiva de Fausto Pacheco de Mello, sócio da William Salazar e Cia. (fábrica de fármacos), com quem se casou em 1933. Com ele teve um filho, Gustavo Augusto Schmidt de Mello.³⁷

A breve carreira política de Odila foi construída por meio de sua atuação como sindicalista do setor de trabalhadores das companhias telefônicas, tendo se destacado na militância sindical como representante da categoria. Odila militou ativamente para a mobilização das mulheres no PCB entre os anos de 1945 e 1948, tendo as suas atividades frequentemente fichadas pela polícia política do Rio de Janeiro. Segundo os registros policiais, ela se candidatou a deputada federal pelo PCB no Distrito Federal em 1945, tendo ficado como suplente. Odila discursava em comícios em várias localidades do Rio de Janeiro e se candidatou a vereadora em 1947 pela célula Tiradentes.

Considerada “um dos elementos articuladores do movimento grevista entre os empregados da Light”, segundo o Dops, ela foi alvo de uma denúncia feita pelo diretor do Departamento de Engenharia da Cia. Telefônica Brasileira, J.A.Wiltgen. Para a polícia política, não havia dúvidas de que se tratava de uma “ativa militante comunista” que tentava com suas “ideias subversivas criar um sentimento de revolta contra a Cia. Telefônica”. Por fazer parte de uma comissão de salários do sindicato, ela ficou, a partir de 31 de maio de 1946, encarcerada por 49 dias, conforme consta no registro policial.

Dois meses depois, o Tribunal Militar decretou a prisão preventiva de Odila e de mais 13 trabalhadores da Light.³⁸ Segundo consta em sua ficha no Dops, a prisão de Odila ocorreu para que fosse apurada a responsabilidade dela no movimento grevista eclodido na Light.

36 Sobre Afonso Schmidt, ver: Anuário Genealógico Brasileiro, São Paulo, 1939, p. 386. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=063665&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Afonso%20Schmidt%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=386>. Acesso em: 25 abr. 2022. **Correio Paulistano**, Suplemento, p. 2, 13 dez. 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764302&pesq=%22Odila%20Brunckenn%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=1298>. Acesso em: 25 abr. 2022.

37 **Correio de São Paulo**, p. 3, 31 jan. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720216&pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1053>. Acesso em: 22 abr. 2022.

38 Ficha de Odila Schmidt no Dops/APERJ.

Odila e sua companheira de militância, Cristolana Xavier, foram detidas pelo Dops antes mesmo da decretação de prisão.³⁹ O encarceramento e arbitrariedades jurídicas contra os trabalhadores da Light geraram uma campanha de solidariedade, com arrecadação de fundos e protestos agitados pelo movimento sindical e o PCB no Rio de Janeiro.⁴⁰ Após a impetração do *habeas corpus*, os advogados das duas militantes argumentavam via a imprensa que não havia motivos jurídicos para que os trabalhadores grevistas da Light fossem julgados pela justiça militar. Odila e Cristolana agradeceram aos manifestantes com as seguintes palavras: “Estamos sensibilizadas e imensamente gratas pelas provas de afeto, carinho e solidariedade que nos vêm prestando as mulheres democratas e antifascistas do Distrito Federal que nos visitam diariamente”.⁴¹ As manifestações de solidariedade também vieram das trabalhadoras domésticas representadas por uma comissão, segundo o memorial lido numa sessão da assembleia constituinte pelo parlamentar Osvaldo Pacheco da bancada comunista.⁴²

Liberada da Penitenciária Central em 23 de agosto de 1946, Odila foi logo em seguida eleita delegada no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Era tida como heroína e mulher de grande prestígio no movimento sindical.⁴³ Tal reputação certamente impulsionou a sua candidatura a vereadora no DF. Em relação aos direitos das mulheres, ela articulava a



Acervo fundo de polícias políticas/APERJ.

39 **Tribuna Popular**, 6 jul. 1946, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2832>. Acesso em: 25 abr. 2022.

40 **Tribuna Popular**, p. 1, 30 jul. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%22Odila%20Michel%20Schmidt%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2999>. Acesso em: 25 abr. 2022.

41 **Diário de Notícias**, p. 1, 11 jul. 1946. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&Pesq=%22Odila%20Michel%20Schmidt%22&pagfis=28714. Acesso em: 25 abr. 2022.

42 **Tribuna Popular**, p. 1, 16 jul. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=2892>. Acesso em: 25 abr. 2022.

43 **Tribuna Popular**, p. 5, 5 set. 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=3160>. Acesso em: 25 abr. 2022.

maternidade aos mundos do trabalho, defendendo, entre outras reivindicações, a ampliação da licença maternidade para 8 semanas antes e 8 depois do parto; creches, casas maternais e jardins de infância.⁴⁴ Segundo a polícia, ela foi eleita vereadora com 2.129 votos.

A reputação moral de Odila também era observada e registrada pela polícia política, fato comum às mulheres que ousam ocupar o espaço público para militar ou fazer política partidária. Para além da “agitadora e ativa propagandista da ideologia comunista”, Odila, mesmo casada, foi considerada uma mulher de péssima reputação, amante de dois homens (citados na ficha policial) ligados ao setor bancário, uma mulher “dada a amores fáceis”, segundo o Dops. Como afirmou Sheila Rowbotham, geralmente, quando as mulheres saem da passividade e se tornam militantes ativas, começam o escárnio, as caricaturas, as risadas, as conotações sexuais, mesmo entre os seus colegas de militância. Muitas vezes elas são objeto de ódio e insultos.⁴⁵

A partir do início de 1947, ela passou a fazer parte da Comissão Executiva da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), organização intersindical de abrangência nacional.⁴⁶ Em abril do ano seguinte, com o partido na ilegalidade, Odila foi presa novamente, tendo continuado as suas atividades de militância de forma clandestina, totalmente dedicada à organização das mulheres, como membro do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, criado em 1949, e no sindicato dos empregados da Light.

Lia Corrêa Dutra

PROFESSORA, escritora, tradutora e crítica literária, Lia Corrêa Dutra foi uma das cinco mulheres a ocupar o posto de vereadora na Câmara Municipal do Distrito Federal em 1947, juntamente com Arcelina Mochel, Odila Schmidt, Sagramor Scuvero e Ligia Lessa Bastos, essas duas últimas vinculadas a outros partidos. Nascida em 30 de dezembro de 1908, Lia era filha de Zilda Côrte-Real Corrêa Dutra e Ataliba Corrêa Dutra, delegado do 23º distrito policial. Segundo ela, aos 13 anos revelou-se sua paixão: o ensino. Ao chegar da escola, reunia em sua casa crianças do Morro da Olaria, favela na rua Visconde Silva, em Botafogo, e ensinava-lhes a ler. Logo sua paixão pelo ensino de português transpareceu na escrita, de modo que aos 16 anos ela já era elogiada pelos jornais da cidade como “uma das mais brilhantes escriptoras de sua geração”.⁴⁷ Lia atuou como professora interina de curso secundário em uma escola profissional e publicou, em 1930, sua primeira coletânea de poesia, *Luz e sombra*, catalogada pela Academia Brasileira de Letras como a melhor obra poética do ano.

44 Folheto da campanha eleitora de Odila Schmidt, P.2417, D.1333, fundo de polícias políticas/APERJ.

45 ROWBOTHAM, Sheila. **Women, Resistance & Revolution**. A History of Women and Revolution in the Modern World. New York: Vintage Books, 1974, p. 105.

46 A CTB era um desdobramento das ações organizadas pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e não foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho; e acabou sendo extinta poucos meses depois, em maio de 1947.

47 **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 222, p. 5, 19 set. 1925.

Em 1935, passou a trabalhar como revisora da *Debates* na Câmara Municipal, cargo, segundo ela, “bastante trabalhoso, movimentado e divertido”, mas que não tinha “a sedução do Magistério”.⁴⁸ No ano seguinte, foi promovida a chefe de seção na Câmara Municipal, função que exerceu por mais de um ano. Em 1943, Lia lançou o romance *Navio sem porto*, pelo qual recebeu o prêmio Humberto Campos. Dois anos mais tarde, com o enfraquecimento do Estado Novo, Lia envolveu-se na campanha para a convocação da Assembleia Constituinte. Em um comício em Vila Isabel, ela destacou a importância do Partido Comunista, ao qual era filiada, afirmando: “o Partido Comunista do Brasil, como vanguarda esclarecida do proletariado e do Povo, tinha sido o primeiro partido a levantar a bandeira da Constituinte. O Partido Comunista sabe o que o povo quer: ele sempre marchou com o povo”.⁴⁹



Fonte: Momento Feminino, 1947.

Lia Corrêa Dutra era um dos vários componentes da classe artística do país a se filiar no PCB naquele período. Seu foco como militante do partido era a questão educacional, com ênfase na luta pela criação de novas escolas secundárias, pela ampliação e melhoramento da rede de colégios primários e por uma remuneração digna aos docentes.⁵⁰ Foi com essa agenda que ela se lançou candidata a vereadora no Distrito Federal pelo PCB em 1947. Apesar de ter ficado em 21º lugar na chapa do PCB e não ter sido eleita, ela ficou como suplente. Em setembro daquele ano, Luciano Bacelar Couto, da bancada comunista, tirou licença para tratar um problema de saúde, de modo que Lia assumiu oficialmente o posto de vereadora no Distrito Federal. Exerceu-o, no entanto, por apenas quatro meses, já que em janeiro de 1948 foi uma das comunistas a ter seu mandato cassado pelo governo Dutra. Nesse período, ocupou também o cargo de redatora-chefe no *Momento Feminino*.

48 Idem.

49 *Tribuna Popular*, n. 169, p. 1, 25 set. 1945.

50 *Tribuna Popular*, n. 466, p. 4, 10 dez. de 1946.

A cassação não impediu a continuidade da sua atuação política. Segundo a polícia política, em 1949, ela integrou uma mesa na primeira Convenção Feminina realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).⁵¹ Posteriormente, Lia participou ativamente na organização do Congresso pela Paz e pela Cultura. Por conta desse evento, ela teve sua casa invadida na madrugada e foi detida pela polícia juntamente com oito outros organizadores, acusados de serem “agitadores comunistas”.⁵² Em 1951, Lia sofreu um acidente em São Paulo, onde foi atropelada por uma caminhoneta, motivo pelo qual passou mais de um mês internada. Depois desse período, passou a dedicar-se à escrita, publicando *Memórias de um saudosista*, em 1969, e *Fim de festa*, em 1978. Após uma vida marcada pela paixão pela educação, dentro das salas de aula e da política, Lia faleceu em 1989.

As experiências no cotidiano parlamentar

EM 15 DE JANEIRO DE 1947, as comunistas Odila Schmidt, Arcelina Mochel, Lia Corrêa Dutra, Eloisa Prestes e Ester dos Santos Roque, todas candidatas da Chapa Popular, lançaram Manifesto às Mulheres Cariocas. No documento, as candidatas reconheciam os diversos problemas que cotidianamente enfrentam todas as mulheres do Rio de Janeiro – donas de casa, mães de família, funcionárias, intelectuais, camponesas, operárias etc. Ao se apresentarem como representantes das mulheres, os temas da maternidade, do trabalho doméstico, da economia familiar, agravada pela carestia, e as relações de trabalho tornavam-se questões centrais na agenda política dessas candidatas.⁵³

Michelle Perrot, ao refletir sobre o poder político das mulheres francesas do século XIX, questionou a atitude das próprias mulheres em relação à política. Segundo a autora, a ideia de que a política não é um assunto das mulheres teria permanecido enraizada.⁵⁴ Nesse sentido, ao pensar na atuação feminina na política brasileira, indagamos sobre as experiências delas no espaço parlamentar e como a militância se relacionava com as atividades políticas na Câmara Municipal.

Nas páginas do *Momento Feminino* é possível conhecer as narrativas construídas pelas próprias vereadoras Arcelina, Lia e Odila sobre as atividades parlamentares que elas exerceram durante este curto período democrático entre 1947 e 1948. Em uma matéria intitulada “Falam as eleitas do povo”, de agosto de 1947, a jornalista Maura de Sena Pereira narrou as atividades das vereadoras recém-empossadas na Câmara Municipal do DF. As

51 Ficha policial de Lia Corrêa Dutra, fundo de polícias políticas/APERJ.

52 DETIDOS os organizadores do “Congresso pela Paz e pela Cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LIX, n. 179, p. 10, 2 ago. 1949.

53 Ao lado da matéria, o jornal do PCB chamava a atenção para a importância das eleições municipais marcadas para 19 de janeiro de 1947 e conclamavam os leitores a ouvirem os líderes Luís Carlos Prestes e João Amazonas na Praça da Bandeira no dia seguinte. **Tribuna Popular**, p. 2, 15 jan. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&Pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pagfis=4013>. Acesso em: 25 abr. 2022.

54 PERROT, op. cit., p. 184.

parlamentares mostraram-se engajadas com as questões da autonomia das mulheres, educação, leite para as crianças, assistência aos menores e a construção de grandes blocos residenciais para as famílias de trabalhadores.

Num tom de exaltação, a jornalista afirmou que “na história do progresso feminino no Brasil, a eleição para a Câmara Municipal constitui, sem dúvida, num dos pontos mais altos e mais belos”. De fato, não era uma eleição qualquer, após nove anos de regime autoritário, a Câmara Municipal passava a funcionar sob um sistema democrático e quatro mulheres de diferentes correntes partidárias haviam sido eleitas: Ligia Maria Lessa Bastos, Odila Schmidt, Sagramor de Scuvero e Arcelina Mochel. A eleição municipal na capital federal foi um ponto alto na história do PCB na legalidade. O partido elegeu 18 vereadores, computando o dobro de candidatos eleitos pela UDN e PTB.⁵⁵

Sobre Ligia Maria Lessa Bastos sabemos que ela foi redatora do *Momento Feminino*, apesar de não pertencer ao PCB, tendo iniciado a sua carreira política como vereadora eleita no DF, em 1947, pela UDN. Foi eleita novamente em 1950, 1954 e 1958, sempre na legenda da UDN. Reeleita no pleito de outubro de 1950, integrou nessa legislatura a Comissão de Educação e foi primeira-secretária da mesa da Câmara Municipal do Distrito Federal. Em outubro de 1960 elegeu-se deputada à Assembleia Constituinte do recém-criado estado da Guanabara, mais uma vez na legenda da UDN, tornando-se uma das signatárias da Constituição estadual promulgada em março de 1961. Integrante da chamada “ala lacerdista” da UDN na Guanabara, liderada pelo governador Carlos Lacerda, em outubro de 1962 reelegeu-se deputada estadual. Apoiou o golpe de 1964, filiando-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Foi eleita deputada estadual na Guanabara nos pleitos de novembro de 1966 e de 1970.

Já Sagramor de Scuvero, em uma entrevista para a *Revista do Rádio* intitulada “Sagramor, uma vida voltada para uma obra”, revelou informações importantes sobre sua carreira profissional. Ela falou sobre o seu trabalho como apresentadora de rádio e o modo como conciliava a profissão com as atividades de vereadora no DF, eleita pelo Partido Republicano (PR). Scuvero se dividia entre os interesses pelas artes e o serviço social, campo de estudos que descobriu durante a sua estadia nos Estados Unidos. Segundo ela, a sua eleição como vereadora se deu devido ao seu sucesso no rádio, tendo angariado votos em diferentes localidades do DF. Ela mantinha um escritório no Teatro Carlos Gomes para distribuição de donativos às crianças carentes.⁵⁶

Mas, voltando à matéria publicada no *Momento Feminino*, o que mais surpreendeu a jornalista, assim afirmou, foi o fato de que não só ela esperava as vereadoras eleitas para uma entrevista na câmara. Havia lá outras mulheres, portando memoriais, ansiosas para ter

55 Foram computados 103.304 votos na legenda do PCB. *Tribuna Popular*, p. 1, 1º fev. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&Pesq=%22Odila%20Schmidt%22&pagfis=4126>. Acesso em: 25 abr. 2022.

56 *Revista do Rádio*, maio 1948, n. 4, ano I, p. 4-5.

uma palavra com as parlamentares, além de de grupos e comissões que as aguardavam. Na entrevista, as vereadoras puderam apresentar as suas pautas. Arcelina, em defesa do professorado, defendia melhorias na educação e mobilizava a cidade para uma campanha pela alfabetização.⁵⁷ Ela se baseava na informação de que havia naquele ano de 1947 cerca de 330 mil crianças em idade escolar e que apenas 100 mil frequentavam escolas.⁵⁸

Odila, por sua vez, alertava para o problema do leite para as crianças; demandando uma nova política de distribuição de leite. Sagramor de Scuvero, da área da assistência social, defendia a atuação do Serviço de Assistência aos Menores. Já Arcelina defendia na ocasião a questão da autonomia do Distrito Federal, porque, segundo ela, constituía na maior reivindicação política do povo carioca.⁵⁹ A questão do abastecimento aos grandes centros urbanos também foi citada como uma das preocupações das parlamentares. Arcelina argumentou que “se eliminasse os açambarcadores, se ampliasse o mercado interno e os meios de transporte e facilitasse os meios de incremento à produção, tais como distribuindo terras a quem as queira lavrar, é claro que a questão do abastecimento rumo para uma solução rápida”. Sobre o assunto, Odila levantou a questão da divisão de terras do sertão carioca entre os pequenos lavradores que passariam a abastecer o DF. Ainda sobre o tema da educação, Arcelina chamou a atenção para o número cada vez mais elevado de crianças analfabetas. Odila, descrita pela jornalista como uma sindicalista de porte aristocrático, defendia uma revisão completa no ensino, assim como a criação de novas escolas e de institutos profissionais. Sobre as favelas, Odila disse que elas poderiam, “por meio de um plano hábil, ser transformadas em bairros residenciais decentes e dotados de conforto”. E Arcelina completou a questão da moradia digna propondo a construção de parques proletários e grupos residenciais, nos terrenos da União e do município.⁶⁰ Paula Soares, ao observar a atuação de Arcelina, Odila e Lia, aponta que elas não se restringiam a reivindicar apenas pautas femininas, defendendo também outras reivindicações feitas pelo partido, tais como reforma agrária, salários dignos, melhorias nas condições de trabalho etc.⁶¹

Nos primeiros números do periódico de 1947, ladeada pelas colunas de moda, literatura, culinária, higiene e maternidade, havia uma coluna intitulada “*A semana das vereadoras*”, dedicada a apresentar as atividades parlamentares dessas quatro parlamentares: Lígia, Arcelina, Sagramor e Odila. Essas atividades se resumiam a ações locais voltadas para a

57 **Momento Feminino**, ano I, n. 1, 1947, s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118800&Pesq=odila&pagfis=6>. Acesso em: 11 abr. 2022.

58 Segundo o Capítulo II Art. 41 da Constituição de 1946, “o ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares”. Tomando o intervalo de sete a doze anos como a “idade escolar” mencionada por Arcelina, essa população era de 213.151 crianças no Distrito Federal (Anuário Estatístico do Brasil, 1947, p. 44-45). A frequência média de alunos do ensino primário fundamental comum no ensino público no Distrito Federal era de 105.208 (p. 439).

59 Samuel Silva Rodrigues de Oliveira pesquisou as atividades da Câmara Municipal em 1947 com foco no debate sobre as favelas. O autor chamou a atenção para a discussão do projeto de autonomia do DF. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

60 **Momento Feminino**, n. 1, ano I, 25 jul. 1947, s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118800&Pesq=odila&pagfis=6>. Acesso em: 11 abr. 2022.

61 SOARES, Paula, op. cit., p. 280.

melhoria das condições de vida da população carioca, como requerimento para instalação de bicas de água; calçamento das ruas, instalação de caixa d'água em favelas; limpeza de valas, instalação de posto médico e construção de escolas nos subúrbios; projeto para instalação de parques de alojamento provisório para as vítimas de despejo etc.

Além das atividades parlamentares, o jornal publicava artigos escritos por Arcelina e pelas outras editoras relatando os dramas das donas de casa e das trabalhadoras, se dirigindo a elas como “Dona de casa, heroína humilde das mesquinhas tarefas sem brilho, realizadora de silenciosos milagres diários!”. As redatoras mostravam que conheciam o cotidiano das mulheres pobres, como a espera torturante nas longas filas, a falta d'água, as indignas exigências do câmbio negro, as dificuldades para se conseguir o pão, o leite e a carne. Dessa forma, elas conectavam a dona de casa com o sofrimento das trabalhadoras nas fábricas e outros locais de trabalho, mostrando também a rotina de exploração do trabalho assalariado e mal pago. Esta mulher operária, afirmava a matéria, que seguia movimentando as forças de produção ao lado do homem, “seu companheiro de luta”, foi assim retratada:

a mulher que trabalha oito e mais horas por dia, num total desconforto, preparando a riqueza da nação. Viaja de madrugada nos trens do subúrbio superlotados, nos bondes morosos e cheios. Alimenta-se mal e apressadamente e nem sempre pode trabalhar tranquila, com o pensamento nos seus filhos sem creches, sem escolas, sem hospitais. De volta à casa, ela ainda tem que cuidar dos arranjos domésticos e preparar a comida para a família.⁶²

Com essa narrativa, o artigo incitava as mulheres a se unirem às outras mulheres para reivindicar os seus direitos elementares: repouso semanal remunerado, higiene e conforto no local de trabalho, salário digno, proteção à família, diminuição do custo de vida, possibilidade de tratamentos de saúde, instrução e diversões.

Arcelina e Odila mesmo em meio ao cumprimento dos compromissos parlamentares não deixaram de atuar nas zonas marginalizadas da cidade por meio do movimento das uniões femininas contra a carestia. O número de uniões femininas organizadas nos subúrbios e favelas ainda está para ser quantificado. No entanto, com base nos periódicos e documentos apreendidos pelo Dops, é possível inferir que o movimento de mulheres contra a carestia no Rio de Janeiro, junto com o movimento sindical (em especial os/as trabalhadores/as da Light), representavam a base eleitoral de Odila, Arcelina e Lia.

O 21 de julho de 1947 foi narrado pelo *Momento Feminino* como uma efeméride vitoriosa dessas mulheres. Impedidas de protestar nas ruas da capital e ameaçadas pela polícia, elas ocuparam a Câmara Municipal para manifestar a oposição contra a carestia e o câmbio negro, envolvendo o movimento de Uniões Femininas contra a carestia e sob a liderança de Alice de Toledo Ribas Tibiriça.⁶³ O jornal exaltou a presença das donas de casa no protesto “vindas de

62 *Momento Feminino*, 25 jul. 1947, op. cit., s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118800&Pesq=odila&pagfis=9>. Acesso em: 25 abr. 2022.

63 Sobre o ativismo político de Alice de Toledo Ribas Tibiriça e a sua trajetória no combate à hanseníase, ver:

todos os cantos da cidade, algumas com crianças e no meio há esposas e irmãs dos velhos heróis da FEB”.⁶⁴

Porém, as atividades parlamentares das vereadoras comunistas duraram pouco. Em 1947, na vigência do governo Dutra, por meio de uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o PCB foi colocado novamente na ilegalidade, tendo o seu registro cassado. Em 1948, os parlamentares eleitos na sua legenda perderam seus mandatos. A história do PCB parecia fadada a clandestinidade. Em meio a prisões e perseguições aos comunistas, Dutra proibiu o funcionamento do partido e lançou um ato de intervenção nos sindicatos sob o comando do Ministério do Trabalho, interrompendo um processo de organização das bases sindicais conduzido pelos dirigentes comunistas. Dutra não reconheceu oficialmente a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), uma tentativa de organização dos sindicatos de criar uma grande central sindical. Era o início de uma nova fase no PCB agora na ilegalidade. Em 7 de janeiro de 1948, o Congresso cassou os mandatos dos parlamentares comunistas. Essa nova etapa passou a ser identificada como uma virada “esquerdista” do PCB, marcada pelo “Manifesto de janeiro de 1948”.

Considerações finais

NESTE ARTIGO, procuramos analisar a atuação político-partidária das mulheres comunistas durante o curto período de legalidade do PCB. Com base na trajetória política de Arcelina Mochel, Odila Schmidt e Lia Corrêa Dutra, eleitas vereadoras no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, mostramos como a conjuntura relativamente democrática que se iniciou com a queda do “Estado Novo” e o fim da Segunda Guerra Mundial impulsionou a participação das mulheres na política. Muitas mulheres foram atraídas pelas ideias comunistas, optando por se filiarem ao PCB. Algumas foram além: lançaram-se na carreira política enfrentando o espaço masculinizado do Parlamento e desafiaram as estruturas patriarcais.

Buscando compreender quem foram essas vereadoras, as suas atividades dentro e fora da Câmara Municipal e de que modo elas foram eleitas, o artigo desvela as variadas formas de militância política das comunistas da geração pós-1945, mostrando a construção de um conjunto de reivindicações de direitos específicos para as mulheres, bem como a articulação de uma rede de solidariedade e de organização feminina pautada nos interesses cotidianos das mulheres operárias, mães e periféricas. Nesse sentido, enfatizamos como as questões da maternidade, das condições do trabalho assalariado, dos cuidados com a família, o trabalho doméstico e a carestia foram pontos cruciais para estabelecer a conexão entre as comunistas e a população feminina marginalizada da capital federal. Mesmo sem contar com

PEREIRA, Andréa Ledig de Carvalho. **Conservadoras ou revolucionárias?** Trajetórias femininas, filantropia e proteção social: São Paulo e Rio de Janeiro (1930-1960). 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

64 **Momento Feminino**, p. 4, 1º ago. 1947. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=118800&Pesq=odila&pagfis=24>. Acesso em: 25 abr. 2022.

dados quantitativos sobre os/as eleitores/as de Arcelina, Odila e Lia, pode-se perceber, com base na documentação pesquisada, que o trabalho de organização das uniões femininas foi fundamental para a construção da base eleitoral das candidatas comunistas.

Observa-se que a identidade construída a partir do cotidiano de explorações e desigualdades sociais às quais as trabalhadoras estavam submetidas é articulada com a noção de direitos e cidadania para mulheres. No entanto, esse movimento não fomentava o questionamento dos papéis de gênero e parece ter caminhado em sintonia com a política social stalinista delineada para as mulheres soviéticas, ou seja, a de manutenção das relações patriarcais entre homens e mulheres e da acumulação da tripla jornada (trabalho fabril, trabalho doméstico e de cuidados com a família), posto que, para Stálin, a questão feminina havia sido resolvida na segunda década depois da Revolução de Outubro.⁶⁵ Contudo, há que se atentar também para as influências do trabalhismo e do varguismo, não diretamente tratadas neste artigo. Se considerarmos a implantação dos direitos sociais no Brasil a partir do que entendemos como “cidadania regulada”, ou seja, o reconhecimento dos direitos sociais apenas para os trabalhadores formais que tinham acesso às políticas de bem-estar social,⁶⁶ é possível compreender que para as mulheres comunistas a via de acesso aos direitos passava pelos ideias morais patriarcais da maternidade, da família e do trabalho doméstico, acreditando-se que a condição de mulher destinada à realização de uma tripla jornada, as tornava dignas e merecedoras de direitos.

A volta do PCB à condição de clandestinidade marcou uma ruptura na trajetória política de Arcelina, Odila e Lia. Mesmo que elas tenham continuado as suas atividades no partido e passado a atuar em outras frentes, como a Federação de Mulheres do Brasil (FMB). Ligia Lessa Bastos e Sagramor Scuvero puderam continuar na carreira política, por se vincularem a partidos conservadores e anticomunistas. Infelizmente, ainda não encontramos fontes que possibilitem analisar a reação ou a falta de apoio dessas duas parlamentares em relação à cassação das vereadoras comunistas.

Recebido em 29/04/2022

Aprovado em 07/10/2022

65 SAHNO, op. cit., p. 10.

66 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.